

Demonstrações Financeiras 2022/2

Cooperativa de Crédito do Vale do Itajai e Litoral Catarinense - Sicredi Vale Litoral SC

Assunto: Carta de Apresentação conforme disposto no Art. 45, parágrafo 3º da Resolução BCB nº 2/2020.

Anexo a este documento seguem as Demonstrações Financeiras contendo o Relatório do Auditor Independente, o Relatório da Administração, o BP, a DSP, a DMPL, a DFC, a DRA e as Notas Explicativas.

As informações presentes neste documento foram divulgadas na data de 22/03/2022, no site oficial do Sicredi (www.sicredi.com.br).

A administração da Cooperativa declara sua responsabilidade pelo conteúdo dos documentos contidos neste arquivo.

Arao João Da Silva Neto
Diretor Executivo
CPF: 919.370.609-00

Renato de Mello Viero
Diretor de Operações
CPF: 011.056.370-00

Eduardo Netto Sarubbi
Contador
CRC: RS-060899/O-8
CPF: 694.157.650-20



Demonstrações Financeiras 2022

**Cooperativa de Crédito do Vale do Itajai e
Litoral Catarinense - Sicredi Vale Litoral SC**

**Diretoria Executiva de Administração
Superintendência de Controladoria**



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores, Conselheiros e Cooperados da
Cooperativa de Crédito do Vale do Itajai e Litoral Catarinense - Sicredi Vale Litoral SC
Itapema - SC

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Cooperativa de Crédito do Vale do Itajai e Litoral Catarinense - Sicredi Vale Litoral SC ("Cooperativa") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A diretoria da Cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Brasília, 07 de março de 2023.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-015199/F


Renata Zanotta Calçada
Contadora CRC-RS062793/O-8

Relatório da Administração

Nossa jornada completou seus 120 anos no Brasil em 2022, a partir da fundação da primeira cooperativa de crédito, em 28 de dezembro de 1902. O objetivo da primeira cooperativa foi melhorar as condições de vida das pessoas que viviam naquela comunidade e ele segue atual, fazendo parte do nosso propósito e das nossas ações. Colaborar com o desenvolvimento e a transformação social das regiões onde atuamos é uma das nossas premissas desde a nossa fundação. Isso se dá por meio de iniciativas que entregam um relacionamento diferenciado, cooperativo, e que refletem os valores do cooperativismo, como solidariedade, transparência, responsabilidade e sustentabilidade.

Cenário Econômico

No ano de 2022 vimos um acirramento da inflação no Brasil e no mundo, após deflagrada a guerra entre Rússia e Ucrânia, que elevou os preços de diversas commodities. Como resposta a esse cenário, os Bancos Centrais do mundo inteiro decidiram adotar uma postura de aperto monetário, dando início ao ciclo de alta de juros global. O destaque foi o Federal Reserve (o Banco Central dos EUA) que iniciou seu ciclo de alta de juros em março deste ano com os fed funds na faixa entre 0,00% e 0,25% e encerrou o ano de 2022 na faixa entre 4,25% - 4,50%, e deve continuar subindo os juros em 2023. O efeito do aumento da taxa de juros nas economias avançadas contribuiu para reprecificação dos ativos de risco pelo mercado e o aumento da perspectiva de redução do crescimento mundial.

No Brasil, o ciclo de aperto monetário começou no início de 2021, e por conta disso, os dados de inflação já apontam uma tendência desinflacionária. De fato, o Banco Central encerrou o ciclo de alta de juros com a Selic a 13,75% a.a. e deve seguir neste patamar elevado até metade do ano que vem. O efeito da reabertura na atividade econômica influenciou o bom crescimento do PIB no primeiro semestre de 2022, principalmente pelo avanço dos setores de serviços. Porém, a atividade econômica já vem apresentando sinais de acomodação à medida que o efeito da reabertura se esgota e os efeitos da política monetária restritiva se tornam mais evidentes. Além disso, vale destacar a condição da renda das famílias. Se por um lado, a melhora do mercado de trabalho contribuiu para o crescimento da renda, com a população ocupada atingindo recorde de crescimento e a taxa desemprego passando de 11,2% em janeiro de 2022 para 8,2% na leitura de outubro, por outro, a entrada desses trabalhadores foi acompanhada pelo aumento da inadimplência e do endividamento das famílias, visto o encarecimento do crédito e a escalada dos preços. Por fim, o ano de 2022 se encerra com um novo presidente eleito e preocupações com a política fiscal que será executada nos próximos anos.

Acreditamos que podemos contribuir para o desenvolvimento de uma sociedade mais próspera

Somos uma instituição financeira cooperativa comprometida com o crescimento dos nossos associados e com o desenvolvimento das regiões onde atuamos. Oferecemos mais de 300 produtos e serviços financeiros, que vão desde conta corrente e cartões até investimentos, seguros, consórcios, máquina de cartões e conta 100% digital, atendendo pessoas físicas, jurídicas e produtores rurais. No nosso modelo de atuação, os recursos captados são reinvestidos na região. Assim, impactamos positivamente a comunidade, estimulando a geração de renda e o crescimento sustentável. Nossos associados são os verdadeiros donos do negócio, com direito a participação nos resultados e nas decisões das cooperativas por meio de voto.

Durante esse período, destacamos os seguintes fatos administrativos:

Em 2022, realizamos mais uma edição da Promoção Verão Premiado, possibilitando aos associados e poupadores que investem seus recursos na cooperativa que concorressem a mais de 1.500 prêmios, dentre eles oito iPhones, quatro scooters elétricas, um Fiat Mobi e um Jeep Renegade. Neste ano, também, proporcionamos ainda mais economia na conta dos associados pessoa física, com a implantação de uma cesta de relacionamento isenta e cartão de crédito sem anuidade. O mesmo vale para os associados do segmento condomínios, que agora contam com uma grande novidade: a conta especial condomínios, com tarifa personalizada. Paralelo a isso, a cooperativa seguiu no plano de expansão, com a inauguração de duas novas agências: Tijucas, em janeiro e Indaial em julho. Ambos os municípios o Sicredi ainda não atuava.

Valorizamos as pessoas e a diversidade

Nosso compromisso com o desenvolvimento e impacto positivo nas regiões onde atuamos são premissas desde a nossa fundação. A seguir listamos algumas iniciativas realizadas em 2022:

- Assembleias: em 2022, realizamos nossas Assembleias em formato digital, que possibilitou a participação efetiva de 3.179 associados da cooperativa. Na Assembleia Geral Ordinária, tivemos a participação 100% dos núcleos representados.
- Cooperativa Escolar: concluímos mais um ano de atividades na Cooperativa Escolar Coop Reis, sediada na Escola Municipal Paulo Reis, em Itapema, e iniciamos a articulação para implantação de mais duas cooperativas escolares na região de atuação.
- Educação Financeira: no mês de outubro, considerado o mês da educação financeira, impactamos mais de três mil crianças com nossos vídeos em parceria com a Turma da Mônica sobre a importância de uma vida financeira sustentável.
- Fundo Social: uma das grandes novidades de 2022 foi a aprovação em Assembleia do Fundo Social. Ao todo, foram aprovados 86 projetos, de 15 municípios da região.
- Formação Continuada: realizamos neste ano uma reciclagem em cooperativismo para coordenadores de núcleo e conselheiros, com carga horária de 20 horas, que culminou em uma viagem técnica ao berço do cooperativismo, em Nova Petrópolis.
- Dia C: no Dia de Cooperar, mobilizamos mais de 380 colaboradores para 15 iniciativas locais, que beneficiaram direta e indiretamente mais de cinco mil pessoas.
- Café com o Presidente: ao longo do ano, realizamos encontros com associados, denominados Café com o Presidente, proporcionando aos

Reconhecimentos

Há mais de 10 anos, figuramos em alguns dos mais reconhecidos rankings e premiações nacionais, tais como: Melhores e Maiores, da Revista Exame, Valor 1000, do Valor Econômico, Melhores Empresas para Trabalhar, da Revista Você S/A, rankings do Banco Central e BNDES. Em 2022 tivemos a avaliação corporativa elevada pela Moody's. O Sicredi conquistou o rating mais alto da agência, passando de AA+ para AAA, comprovando que tem um dos perfis de crédito mais seguros e menos arriscados avaliados pela agência de classificação de risco. Além disso, fomos reconhecidos como a 4ª melhor Instituição Financeira em ranking divulgado pela Revista Forbes, mesma que nos cita como a melhor instituição financeira do Brasil no atendimento físico e digital.

Agradecemos aos nossos associados, colaboradores e parceiros pela dedicação e trabalho contínuo. Juntos seguiremos construindo uma sociedade mais próspera.

Conselho de Administração e Diretoria

BALANÇOS PATRIMONIAIS
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito do Vale do Itajaí e Litoral Catarinense - Sicredi Vale Litoral SC
CNPJ/MF nº 10.348.181/0001-03

ATIVO		31/12/2022	31/12/2021	PASSIVO		31/12/2022	31/12/2021
ATIVO		2.503.579	1.738.656	PASSIVO		2.239.392	1.552.371
DISPONIBILIDADES	(Nota 04)	13.906	12.802	DEPÓSITOS	(Nota 11)	1.937.191	1.347.549
INSTRUMENTOS FINANCEIROS		2.509.882	1.730.541	Depósitos à vista		461.915	400.982
Aplicações interfinanceiras de liquidez	(Nota 05)	56.169	38.283	Depósitos de poupança		1.727	79
Títulos e valores mobiliários	(Nota 06)	763.223	228.559	Depósitos interfinanceiros		131.656	40.926
Centralização financeira	(Nota 04)	140.709	312.212	Depósitos a prazo		1.341.893	905.562
Relações interfinanceiras ativas		27	13	DEMAIS INSTRUMENTOS FINANCEIROS		97.713	69.444
Operações de crédito	(Nota 07)	1.397.476	1.048.566	Relações interfinanceiras	(Nota 12)	86.729	57.293
Outros ativos financeiros	(Nota 08)	152.278	102.908	Obrigações por empréstimos	(Nota 13)	4.741	4.988
PROVISÕES PARA PERDAS ESPERADAS ASSOCIADAS AO RISCO DE CRÉDITO	(Nota 07)	(84.626)	(48.295)	Obrigações por repasses	(Nota 14)	1.529	3.579
OUTROS ATIVOS	(Nota 09)	19.752	11.916	Outros passivos financeiros	(Nota 15)	4.714	3.584
IMOBILIZADO DE USO	(Nota 10)	41.016	28.087	PROVISÕES PARA RISCOS CÍVEIS, TRIBUTÁRIOS E TRABALHISTAS	(Nota 16)	177	158
INTANGÍVEL	(Nota 10)	3.649	3.605	OUTROS PASSIVOS	(Nota 17)	204.311	135.220
				PATRIMÔNIO LÍQUIDO	(Nota 18)	264.187	186.285
				CAPITAL SOCIAL		137.852	96.656
				RESERVAS DE SOBRAS		112.854	80.420
				SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS		13.481	9.209
TOTAL DO ATIVO		2.503.579	1.738.656	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		2.503.579	1.738.656

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DE SOBRAS OU PERDAS
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito do Vale do Itajai e Litoral Catarinense - Sicredi Vale Litoral SC
CNPJ/MF nº 10.348.181/0001-03

Descrição das contas		01/07/2022 a 31/12/2022 (Não auditado)	01/01/2022 a 31/12/2022	01/01/2021 a 31/12/2021
INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		196.520	341.890	162.853
Operações de crédito	(Nota 07)	145.350	256.789	138.805
Resultado de títulos e valores mobiliários		27.976	44.933	11.870
Ingressos de depósitos intercooperativos		23.194	40.168	12.178
DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		(118.626)	(199.701)	(65.295)
Operações de captação no mercado	(Nota 22)	(79.108)	(131.840)	(35.496)
Operações de empréstimos e repasses		(5.508)	(9.178)	(1.893)
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito		(34.010)	(58.683)	(27.906)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		77.894	142.189	97.558
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS		(35.553)	(63.946)	(46.533)
Ingressos e receitas de prestação de serviços	(Nota 23)	26.127	47.310	35.320
Rendas de tarifas bancárias		4.850	9.817	9.126
Dispêndios e despesas de pessoal	(Nota 24)	(24.966)	(45.537)	(35.657)
Outros dispêndios e despesas administrativas	(Nota 25)	(30.614)	(55.406)	(39.595)
Dispêndios e despesas tributárias		(169)	(339)	(422)
Outros ingressos e receitas operacionais	(Nota 26)	11.141	19.329	11.067
Outros dispêndios e despesas operacionais	(Nota 27)	(21.922)	(39.120)	(26.372)
RESULTADO OPERACIONAL		42.341	78.243	51.025
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO E PARTICIPAÇÕES		42.341	78.243	51.025
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	(Nota 20)	116	-	-
Provisão para Imposto de Renda		68	-	-
Provisão para Contribuição Social		48	-	-
PARTICIPAÇÕES NAS SOBRAS		(4.026)	(7.739)	(5.652)
RESULTADO DO EXERCÍCIO ANTES DAS DESTINAÇÕES		38.431	70.504	45.373

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito do Vale do Itajai e Litoral Catarinense - Sicredi Vale Litoral SC

CNPJ/MF nº 10.348.181/0001-03

	Capital Social	Reserva Legal	Reserva de Expansão	Sobras ou Perdas Acumuladas	Total
Saldos no início do exercício em 01/01/2021	79.787	55.549	10.543	4.077	149.956
Destinação resultado exercício anterior					
Distribuição de sobras para associados	4.032	-	-	(4.032)	-
Outras destinações	-	-	-	(45)	(45)
Capital de associados					
Aumento de capital	16.294	-	-	-	16.294
Baixas de capital	(6.881)	-	-	-	(6.881)
Reversões de reservas	-	-	(10.543)	-	(10.543)
Resultado do período	-	-	-	45.373	45.373
Destinações					
FATES - Estatutário	-	-	-	(1.887)	(1.887)
Juros sobre o capital próprio	3.424	-	-	(3.519)	(95)
Reserva legal - Estatutária	-	20.758	-	(20.758)	-
Reserva legal - Recuperação de prejuízo	-	4.113	-	(4.113)	-
Fundos estatutários	-	-	-	(5.887)	(5.887)
Saldos no fim do exercício em 31/12/2021	96.656	80.420	-	9.209	186.285
Mutações do Exercício	16.869	24.871	(10.543)	5.132	36.329
Saldos no início do exercício em 01/01/2022	96.656	80.420	-	9.209	186.285
Destinação resultado exercício anterior					
Distribuição de sobras para associados	6.714	-	-	(6.715)	(1)
Destinação para Fundo Social	-	-	-	(2.415)	(2.415)
Outras destinações	-	-	-	(79)	(79)
Capital de associados					
Aumento de capital	27.163	-	-	-	27.163
Baixas de capital	(5.643)	-	-	-	(5.643)
Resultado do exercício	-	-	-	70.504	70.504
Destinações					
FATES - Estatutário	-	-	-	(2.763)	(2.763)
Juros sobre o capital próprio	12.962	-	-	(13.207)	(245)
Reserva legal - Estatutária	-	30.388	-	(30.388)	-
Reserva legal - Recuperação de prejuízo	-	1.677	-	(1.677)	-
Reserva legal - Doação SFG	-	369	-	(369)	-
Fundos estatutários	-	-	-	(8.619)	(8.619)
Saldos no fim do exercício em 31/12/2022	137.852	112.854	-	13.481	264.187
Mutações do Exercício	41.196	32.434	-	4.272	77.902
Saldos no início do semestre em 01/07/2022 (Não auditado)	110.550	80.420	-	32.073	223.043
Destinação resultado exercício anterior					
Capital de associados					
Aumento de capital	17.697	-	-	-	17.697
Baixas de capital	(3.357)	-	-	-	(3.357)
Resultado do semestre	-	-	-	38.431	38.431
Destinações					
FATES - Estatutário	-	-	-	(2.763)	(2.763)
Juros sobre o capital próprio	12.962	-	-	(13.207)	(245)
Reserva legal - Estatutária	-	30.388	-	(30.388)	-
Reserva legal - Recuperação de prejuízo	-	1.677	-	(1.677)	-
Reserva legal - Doação SFG	-	369	-	(369)	-
Fundos estatutários	-	-	-	(8.619)	(8.619)
Saldos no fim do exercício em 31/12/2022	137.852	112.854	-	13.481	264.187
Mutações do Semestre	27.302	32.434	-	(18.592)	41.144

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito do Vale do Itajai e Litoral Catarinense - Sicredi Vale Litoral SC
CNPJ/MF nº 10.348.181/0001-03

	01/07/2022 a 31/12/2022 (Não auditado)	01/01/2022 a 31/12/2022	01/01/2021 a 31/12/2021
RESULTADO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO APÓS AJUSTES AO RESULTADO	72.571	130.855	75.409
Resultado do semestre/exercício	38.431	70.504	45.373
AJUSTES AO RESULTADO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO	34.140	60.351	30.036
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	34.010	58.683	27.906
(Reversão) Provisão para desvalorização de outros ativos	-	(810)	(192)
Depreciação e amortização	2.667	5.049	3.977
Baixas do ativo permanente	162	173	212
Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas	64	19	20
Destinações ao FATES	(2.763)	(2.763)	(1.887)
VARIAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS	169.395	238.402	(34.004)
(Aumento) em aplicações interfinanceiras de liquidez	(8.262)	(17.886)	(30.360)
(Aumento) Redução em títulos e valores mobiliários	-	(3.042)	(7.093)
(Aumento) Redução em relações interfinanceiras ativas	21.647	(14)	6
(Aumento) em operações de crédito	(231.510)	(371.262)	(404.821)
Aumento (Redução) em relações interfinanceiras passivas	(16.517)	29.436	39.957
(Aumento) em outros ativos financeiros	(32.303)	(49.370)	(44.092)
(Aumento) em outros ativos	(5.923)	(7.026)	(132)
Aumento em depósitos	389.115	589.642	351.914
Aumento (Redução) em passivos financeiros	(755)	1.130	1.333
(Redução) em obrigações por empréstimos e repasses	(1.917)	(2.297)	(1.629)
Absorção de dispêndios pelo FATES	(1.978)	(2.498)	(617)
Aumento em outros passivos	57.798	71.589	61.530
ATIVIDADES OPERACIONAIS - Caixa líquido proveniente/(aplicado)	241.966	369.257	41.405
Aquisição de imobilizado de uso	(7.584)	(16.962)	(13.231)
Aplicações no intangível	(861)	(1.233)	(1.160)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS - Caixa líquido proveniente/(aplicado)	(8.445)	(18.195)	(14.391)
Integralização de capital	17.697	27.163	16.294
Baixa de capital	(3.357)	(5.643)	(6.881)
Fundos estatutários	(8.619)	(8.619)	(5.887)
Juros ao capital próprio	(245)	(245)	(95)
Distribuição de Sobras	-	(2.495)	(45)
Fundo de expansão	-	-	(10.543)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS - Caixa líquido proveniente/(aplicado)	5.476	10.161	(7.157)
AUMENTO/DIMINUIÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	238.997	361.223	19.857
Caixa e equivalente de caixa no início do período	663.704	541.478	521.621
Caixa e equivalente de caixa no fim do período (Nota 04)	902.701	902.701	541.478

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito do Vale do Itajai e Litoral Catarinense - Sicredi Vale Litoral SC
CNPJ/MF nº 10.348.181/0001-03

	01/07/2022 a 31/12/2022	01/01/2022 a 31/12/2022	01/01/2021 a 31/12/2021
	(Não auditado)		
Resultado líquido do exercício	38.431	70.504	45.373
Outros resultados abrangentes	-	-	-
Resultado abrangente atribuível	38.431	70.504	45.373

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
(EM MILHARES DE REAIS)

NOTA 01 – CONTEXTO OPERACIONAL

A Cooperativa de Crédito do Vale do Itajai e Litoral Catarinense - Sicredi Vale Litoral SC ("Cooperativa"), é uma instituição financeira cooperativa, filiada à Cooperativa Central de Crédito, Poupança e Investimento do Sul e Sudeste - Central Sicredi Sul/Sudeste ("Central") e integrante do Sistema Cooperativo Sicredi ("Sicredi"). A Cooperativa é uma instituição financeira não bancária, autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil ("Bacen") com início das atividades em 14/05/2008 e sede situada na Avenida Terceira Avenida, 503, na cidade de Itapema - Santa Catarina. A Cooperativa tem por objetivos principais:

- i) Desenvolver programas de poupança, de uso adequado do crédito e de prestação de serviços, praticando todas as operações ativas, passivas e acessórias próprias de cooperativas de crédito;
- ii) Prestar, através da mutualidade, a assistência financeira aos associados em suas atividades específicas;
- iii) Atuar na formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo.

A execução das atividades obedece ao disposto na legislação pertinente, assim como aos atos regulamentares oficiais, ao estatuto social, e às normas internas do Sicredi.

O Sicredi, em 31 de dezembro de 2022, está organizado por 105 Cooperativas de Crédito filiadas, que operam com uma rede de atendimento com 2454 pontos ativos, dos quais a Cooperativa opera em 26 pontos de atendimentos. A estrutura conta ainda com cinco Centrais Regionais – acionistas da Sicredi Participações S.A. ("SicrediPar") – a Confederação das Cooperativas do Sicredi ("Confederação Sicredi"), uma Fundação juntamente com o Banco Cooperativo Sicredi S.A. ("Banco").

A Cooperativa é parte integrante do Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado de abrangência nacional, conforme anexo I à Resolução do Conselho Monetário Nacional ("CMN") nº 4.933, de 29 de julho de 2021.

O FGCoop tem por objeto prestar garantia de créditos nos casos de decretação de intervenção ou de liquidação extrajudicial de instituição associada, até o limite de R\$ 250 por associado (CPF/CNPJ), bem como contratar operações de assistência, de suporte financeiro e de liquidez com essas instituições.

A Cooperativa também é parte integrante da Sicredi Fundos Garantidores ("SFG"), empresa sem fins lucrativos cuja formação de reservas advém de contribuições mensais e extraordinárias de cooperativas associadas ao fundo o qual tem por objeto assegurar a credibilidade e a solvabilidade das suas associadas. Conforme regras estabelecidas nos Regulamentos dos Fundos Garantidores, as contribuições mensais são apuradas pelo somatório de duas parcelas: parcela fixa, relacionada ao objetivo de cada Fundo; e parcela variável, relativa ao risco imputado ao Sistema (considera níveis de liquidez, de margem de capital e de utilização de dispositivos de segurança).

NOTA 02 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as regulamentações emanadas pelo CMN e pelo Banco Central do Brasil - BACEN, incluindo a Resolução CMN nº 4.818/20 e Resolução BCB nº 2/20 que regulamentaram procedimentos para elaboração e divulgação das demonstrações financeiras. Foram observadas também, as normas regulamentares constantes no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF, os Pronunciamentos Contábeis homologados pelo BACEN (CPCs 01 (R1), 02 (R2), 03 (R2), 04 (R1), 05 (R1), 10 (R1), 23, 24, 25, 27, 33 (R1) e 46) e a legislação aplicada às cooperativas de crédito, especialmente às disposições das Leis nº 4.595/64 e nº 5.764/71, com alterações pela Lei Complementar nº 130/09.

A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras foi concedida pela Diretoria em 07 de março de 2023.

NOTA 03 – RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração das demonstrações financeiras foram:

a) Apuração do resultado

Os ingressos e os dispêndios, assim como as receitas e as despesas, são registrados mensalmente de acordo com o regime de competência, que estabelece que os ingressos e os dispêndios e as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento, alocados de forma proporcional de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate, e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos.

As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério pro-rata die e calculadas com base no modelo exponencial, exceto aquelas relativas a títulos descontados ou relacionadas a operações com o exterior, que são calculadas com base no método linear. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022 a Cooperativa apresentou um resultado líquido de R\$ 1.456 (2021 - R\$ 1.262) referente a Atos Não Cooperativos.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados pelas disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira e aplicações interfinanceiras de liquidez, cujos valores são aplicados pelas Cooperativas nas Centrais via Centralização Financeira e pelas cotas de fundos de investimento de renda fixa e multimercado, com vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da aquisição e que estão sujeitas a risco insignificante de mudança de valor.

c) Aplicações interfinanceiras de liquidez

Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e aplicações em depósitos interfinanceiros e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos a apropriar correspondentes a períodos futuros.

d) Títulos e valores mobiliários

A carteira está composta por títulos de renda fixa, renda variável e fundos de investimentos, os quais são apresentados pelo custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, ajustados aos respectivos valores justos, conforme aplicável.

e) Relações interfinanceiras – centralização financeira

A centralização financeira compreende as sobras de caixa da cooperativa, não investidas em suas atividades, as quais são centralizadas através de repasses interfinanceiros para a Cooperativa Central. Estes montantes são aplicados no mercado financeiro e/ou emprestados para as cooperativas filiadas para o financiamento das suas atividades e possuem liquidez imediata e remuneração mensal.

f) Operações de crédito

Estão demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos. As operações de crédito estão classificadas de acordo com análise da Administração quanto ao nível de risco, considerando a conjuntura econômica e os riscos específicos em relação às operações, aos devedores e aos garantidores, observando os parâmetros estabelecidos nas Resoluções CMN nº 2.682/99 e nº 2.697/00.

A atualização das operações de crédito vencidas em até 59 dias é contabilizada em receitas de operações de crédito, e a partir do 60º dia, em rendas a apropriar. As operações classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por no mínimo cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

g) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

A provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito é fundamentada na análise das operações e leva em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada, os riscos específicos e globais das carteiras, considerando os critérios de provisionamento, definidos nas Resoluções CMN nº 2.682/99 e nº 2.697/00, associados às avaliações procedidas pela Administração, na determinação dos riscos de crédito.

h) Ativos não financeiros mantidos para venda

Os ativos não financeiros mantidos para venda, determinados pela Resolução CMN nº 4.747/19, são segregados em próprios e recebidos de terceiros. Esses bens não depreciam e são mensurados pelo valor justo de acordo com os critérios estabelecidos pelo CPC 46, o qual foi aprovado pela Resolução CMN nº 4.748/19.

- Próprios: representam os bens de propriedade da cooperativa, os quais não são utilizados no desempenho da atividade social, estando disponíveis para venda imediata e cuja alienação seja altamente provável no período máximo de um ano.

- Recebidos de terceiros: representam os bens recebidos como dação em pagamento de dívidas, não destinados ao uso próprio.

i) Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelo custo de aquisição, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos e as variações monetárias pro-rata die incorridos e as variações cambiais, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajuste ao valor de mercado e rendas a apropriar.

j) Investimentos

Estão demonstrados ao custo de aquisição, referem-se a participação em empresas do Sistema Sicredi, ajustados por provisão para perdas quando aplicável.

k) Imobilizado de uso

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado ao custo de aquisição, deduzido da depreciação do imobilizado de uso, a qual é calculada pelo método linear, com base nas taxas anuais mencionadas na Nota "Imobilizado de uso e intangível", que levam em consideração a vida útil-econômica dos ativos.

A vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício de acordo com os critérios definidos pelo CPC 27 - Ativo Imobilizado, o qual foi aprovado pela Resolução CMN nº 4.535/16.

l) Intangível

Os ativos intangíveis são bens incorpóreos, não monetários, identificáveis sem substância física, destinados à manutenção do sistema ou exercidos com essa finalidade e na geração de benefícios econômicos futuros, adquiridos ou desenvolvidos pela instituição. Está demonstrado aos valores de custo e contempla gastos na aquisição e desenvolvimento de software, ajustado por amortizações acumuladas, calculadas a partir do momento em que começam a ser usufruídos os benefícios respectivos, com base em taxas anuais que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens, de acordo com as disposições da Resolução CMN nº 4.534/16 e CPC 04 - Ativo Intangível, conforme mencionado na Nota "Imobilizado de uso e intangível". As amortizações acumuladas, calculadas a partir do momento em que começam a ser usufruídos os benefícios respectivos, na razão de 10% a 20% ao ano, pelo método linear.

m) Redução ao valor recuperável de ativos

O imobilizado e outros ativos não circulantes, inclusive o ativo intangível, são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

n) Depósitos, obrigações por empréstimos e repasses

Estão demonstrados pelos valores das exigibilidades, considerados os encargos, variações cambiais e monetárias até a data das demonstrações financeiras, reconhecidos em base *pro rata-die*, segregados da seguinte forma:

Os depósitos à vista são compostos de valores cuja disponibilidade é imediata aos associados, portanto sem prazo determinado para movimentá-los, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade.

Os depósitos de poupança são compostos de valores cuja disponibilidade pode ser de livre movimentação, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade, e também para fins específicos. Os recursos recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios de acordo com sua finalidade.

Os depósitos a prazo são compostos por valores pactuados para disponibilidade em prazos pré-estabelecidos, os quais recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios conforme a sua contratação em pós-fixada e estão demonstrados pelo seu valor de resgate, líquidos das despesas financeiras a decorrer.

Os depósitos interfinanceiros são compostos por recursos recebidos em depósito de outras instituições do mercado, na forma da regulamentação vigente e específica para as operações de depósitos interfinanceiros, observado que a instituição deve manter controles internos para efeito de limite de captação.

As obrigações por empréstimos e repasses correspondem aos recursos repassados pelo Banco Cooperativo Sicredi, Cooperativa Central e demais instituições com a finalidade de operações de financiamento.

o) Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo (não circulantes)

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias em base *pro rata-die* incorridos, deduzidos das correspondentes despesas a apropriar.

p) Impostos e contribuições

O Imposto de Renda (IRPJ) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) incidem sobre o resultado positivo em atos não cooperativos. A provisão corresponde às alíquotas vigentes para o IRPJ (15%, acrescida de adicional de 10%) e a CSLL é de 16%, em atendimento a Medida Provisória nº 1.115, publicada em 29 de abril de 2022, que elevou a alíquota em um ponto percentual e produzindo efeitos durante o período de 1º de agosto de 2022 a 31 de dezembro de 2022. As alíquotas de IRPJ e CSLL são aplicadas sobre o lucro auferido, após os ajustes de base de cálculo previstos na legislação e a compensação de prejuízos fiscais e base de cálculo negativa de CSLL de anos anteriores, sendo essa dedução limitada à 30% do lucro tributável.

Ainda no âmbito federal, as cooperativas estão sujeitas às contribuições para o Programa de Integração Social (PIS – 0,65%) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS – 4%) sobre as receitas auferidas nas operações com não associados, após a dedução de itens específicos previstos pela legislação, como as sobras apuradas nas Demonstrações de Sobras ou Perdas (DSP).

Na esfera municipal, a cooperativa está sujeita à incidência do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), apurado a partir da receita com atos não cooperativos, ou seja, em decorrência da prestação de serviços a não associados; as alíquotas variam entre 2% e 5% e são determinadas pela legislação vigente em cada município.

Os ingressos decorrentes de operações realizadas com cooperados não possuem incidência de tributos.

q) Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas

As práticas contábeis para registro, mensuração e divulgação de ativos e passivos contingentes e, também, das obrigações legais, são aplicadas de acordo com os critérios definidos pelo Pronunciamento Técnico CPC 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), o qual foi aprovado pela Resolução nº 3.823/09, a saber:

- Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa;
- Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são divulgados, e aqueles não mensuráveis com suficiente segurança e como de perdas remotas não são provisionados e/ou divulgados;
- As obrigações legais são registradas como exigíveis, independentemente da avaliação sobre as probabilidades de êxito.

r) Principais julgamentos e estimativas contábeis

As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidas com base em julgamento, que são revisados a cada semestre. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, ajuste dos ativos ao valor provável de realização ou recuperação, as provisões para contingências, entre outros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

I - Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito: Além de observar os requisitos para constituição de provisão em função do atraso no pagamento de parcela de principal ou encargos das operações, a provisão é calculada com base no julgamento da Administração quanto ao nível de risco, considerando a conjuntura econômica, os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, aos períodos de atraso e ao grupo econômico, observando os parâmetros estabelecidos nas Resoluções CMN nº 2.682/99 e nº 2.697/00.

O detalhamento da provisão para perdas está apresentado na nota Operações de Crédito;

II - Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas: Com base em prognósticos de perda avaliados pela Administração, constituindo provisão para as demandas de naturezas cíveis, tributárias e trabalhistas, através de avaliações jurídicas. A avaliação dos prognósticos de perda leva em conta a probabilidade de desembolsos da entidade para cada elemento processual e pode incorrer em alto grau de julgamento, quanto maior for a incerteza existente.

O detalhamento das provisões e passivos contingentes está apresentado na nota Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas;

III - Redução ao valor recuperável de ativos intangíveis e outros ativos: o teste de perda por redução ao valor recuperável desses ativos é realizado, no mínimo anualmente, de forma a apurar se há algum indicativo de que um ativo possa ter sofrido desvalorização. Quando o valor recuperável destes ativos não puder ser obtido por meio de fontes externas, a avaliação do valor recuperável desses ativos pode incorrer em consideráveis julgamentos, principalmente na mensuração dos potenciais benefícios econômicos futuros associados;

IV - Mensuração dos efeitos decorrentes da covid-19 nas Demonstrações Financeiras e impactos na Cooperativa: A Administração acompanha a evolução das suas operações que inclui o monitoramento dos níveis de capital e liquidez, do comportamento do risco de crédito dos ativos, dos riscos de mercado e seus instrumentos financeiros, da produção de novas operações de crédito e da evolução das captações. Os principais efeitos e impactos decorrentes da covid-19 sobre as Demonstrações Financeiras deste período estão descritos, quando aplicável, nas notas correspondentes às linhas do Balanço que foram afetadas.

s) Moeda funcional

As demonstrações financeiras são expresas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Cooperativa, exceto quando indicado de outra forma, em milhares de reais (R\$ mil).

t) Resultados recorrentes e não recorrentes

Resultados recorrentes são aqueles que estão relacionados com as atividades características da Cooperativa que ocorrem com frequência no presente e previstas para ocorrer no futuro, enquanto os resultados não recorrentes são aqueles que procedem de um evento extraordinário e/ou imprevisível, com tendência de não se repetir no futuro.

NOTA 04 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Na elaboração das demonstrações dos fluxos de caixa, foram classificados como caixa e equivalentes de caixa os seguintes montantes:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Disponibilidades	13.906	12.802
Cotas de fundos de renda fixa e multimercado - centralização financeira (Nota 06)	748.086	216.464
Centralização financeira	140.709	312.212
Total	902.701	541.478

As disponibilidades e as aplicações financeiras de liquidez são classificadas como caixa e equivalentes de caixa para fins de apresentação da Demonstração dos Fluxos de Caixa, quando atendido às determinações do CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa.

A centralização financeira é composta pela transferência das sobras de caixa das Cooperativas filiadas, sem prazo de resgate, e remunerados de acordo com as taxas praticadas no mercado, que na média de 2022 equivale a 100% do CDI (dezembro de 2021 - 99%).

NOTA 05 - APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

Descrição	31/12/2022				31/12/2021
	A vencer				Total
	Até 3 meses	3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	
Depósitos Interfinanceiros com o Banco Cooperativo Sicredi S.A.	-	-	56.042	56.042	38.283
CDI Banco Cooperativo Sicredi S.A.	-	-	127	127	-
Total	-	-	56.169	56.169	38.283

Total circulante	-	1.304
Total não circulante	56.169	36.979

As aplicações de DI entre o Banco Sicredi e a Cooperativa refere-se a operações para cobrir as antecipações de recebíveis realizadas pelos associados na aquisição, com taxa de remuneração entre 100% e 105% do CDI.

As aplicações de CDI são realizadas pelas cooperativas no Banco para garantir às operações de equalização com recursos próprios delas. A taxa é de 100% da Selic.

NOTA 06 – TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Descrição	31/12/2022				31/12/2021
	A vencer				Total
	Até 3 meses	3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	
Cotas de fundos de renda fixa - centralização financeira	234.454	-	-	234.454	-
Cotas de fundos multimercado - centralização financeira	513.632	-	-	513.632	216.464
Participações de Cooperativas	-	-	15.137	15.137	12.095
Total	748.086	-	15.137	763.223	228.559

Total circulante	748.086	216.464
Total não circulante	15.137	12.095

A partir de julho de 2022, o BACEN estabeleceu, através da Instrução Normativa BCB Nº 268 de 01 de abril de 2022, que as participações de cooperativas, anteriormente apresentadas na rubrica de outros investimentos, passam a ser classificadas em títulos e valores mobiliários.

As cotas de fundos são valorizadas diariamente, através do valor da cota, divulgada pelo administrador do fundo no site da Comissão de Valores Mobiliários - CVM e Associação Brasileira de Entidades de Mercado Financeiro e de Capitais - ANBIMA.

O valor de mercado dos títulos públicos federais, integrantes da carteira dos fundos de investimentos, foi apurado com base na cotação obtida na ANBIMA.

a) Participações de cooperativas

Registrados ao custo de aquisição	31/12/2022	31/12/2021
Sicredi Participações S.A.	4.951	4.951
Sicredi Fundos Garantidores	2	2
Cooperativa Central Sicredi Sul/Sudeste	10.184	7.142
Total	15.137	12.095

Apresentamos abaixo os números de ações/quotas, percentuais de participações e movimentações patrimoniais dos investimentos em dezembro de 2021, os quais passaram a ser apresentados, em dezembro de 2022, em títulos e valores mobiliários participações de cooperativas:

Descrição	Sicredi Participações S.A.		Sicredi Fundos Garantidores		Cooperativa Central	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Número de ações/quotas possuídas	1.605.873 ON	1.605.873 ON	2	2	10.183.541	7.141.342
	3.345.222 PN	3.345.222 PN	Quotas	Quotas	Quotas	Quotas
Percentual de participação	0,15%	0,23%	1,24%	1,24%	1,02%	1,23%
Capital social	3.208.211	2.108.211	161	161	994.700	580.337
Patrimônio líquido	3.298.737	2.111.744	369.267	368.071	1.005.243	591.058
Resultado líquido do exercício	115.902	(15.246)	1.195	33.761	-	-
Valor das participações das cooperativas	4.951	4.951	2	2	10.184	7.142

NOTA 07 – OPERAÇÕES DE CRÉDITO
a) Composição das operações de créditos por tipo de operação e prazos

Operações de crédito e Outros créditos	31/12/2022				Total da carteira	31/12/2021
	Vencidas a partir de 15 dias	A vencer				
		Até 3 meses	3 a 12 meses	Acima de 12 meses		
Empréstimos e títulos descontados	29.163	203.029	335.232	521.679	1.089.103	780.646
Financiamentos	1.093	29.347	76.633	190.788	297.861	262.995
Financiamentos rurais e agroindustriais	1	1.226	2.351	3.902	7.480	4.925
Financiamentos habitacionais	-	29	51	2.952	3.032	-
Total das operações de crédito	30.257	233.631	414.267	719.321	1.397.476	1.048.566
Avais e fianças honrados (Nota 08)	150	-	-	-	150	145
Devedores por compra de valores e bens (Nota 08)	-	57	145	561	763	853
Valores a receber relativos a transações de pagamento (Nota 08)	-	104.105	38.419	172	142.696	95.531
Total de outros créditos	150	104.162	38.564	733	143.609	96.529
Carteira total	30.407	337.793	452.831	720.054	1.541.085	1.145.095

Total circulante	821.031	603.154
Total não circulante	720.054	541.941

Os valores de títulos e créditos a receber foram reclassificados para a rubrica de valores a receber relativos a transações de pagamento para adequar a contabilização das transações de pagamento por cartão, de acordo com a Carta Circular 3.828/17. A partir de junho de 2022, passamos a apresentar esta abertura na nota explicativa. Estes valores referem-se aos montantes a receber dos associados, relativos às transações com cartão de crédito.

b) Composição da carteira de créditos por níveis de risco

Níveis de risco	% Provisão	Operações de crédito e Outros créditos		Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	
		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
AA	-	29.593	47.479	-	-
A	0,50	653.181	529.997	3.264	2.642
B	1,00	456.928	342.932	4.564	3.417
C	3,00	235.976	100.147	7.073	2.996
D	10,00	69.423	77.906	6.941	7.772
E	30,00	22.645	12.207	6.793	3.653
F	50,00	24.023	5.439	12.004	2.719
G	70,00	17.205	12.974	12.044	9.082
H	100,00	32.111	16.014	31.943	16.014
Total		1.541.085	1.145.095	84.626	48.295

Conforme disposto no Art. 6º da Resolução CMN nº 4.846/20, a provisão face à perda para as operações enquadradas no Programa Emergencial de Suporte à Empregos (PESE) deve incidir somente sobre a parcela do crédito cujo risco de crédito é assumido pela Cooperativa e esses valores estão sendo apresentados juntamente com o montante provisionado das operações de crédito e outros créditos.

A Cooperativa também possui coobrigações em garantias prestadas no montante de R\$ 238.537 (dezembro de 2021 - R\$ 88.117) onde estão incluídas as operações com recursos recebidos de instituições financeiras e repassados aos associados via Banco Cooperativo Sicredi S.A., em que a Cooperativa é intermediária e garantidora solidária por força de contrato firmado entre as partes (Nota 29). As provisões decorrentes desses contratos compreendem o montante de R\$ 3.373 (dezembro de 2021 - R\$ 1.602) conforme Nota 15.

c) Composição da carteira de créditos segregada por setor de atividade e faixas de vencimento

Setor	31/12/2022				31/12/2021	
	Vencidas a partir de 15 dias	A vencer			Total da Carteira	Total da Carteira
		Até 3 meses	3 a 12 meses	Acima de 12 meses		
Pessoas físicas	13.499	108.817	95.874	154.831	373.021	277.100
Rural	1	1.226	2.351	3.902	7.480	4.925
Industrial	1.648	23.394	31.005	37.120	93.167	76.946
Comércio	5.668	78.235	107.896	179.971	371.770	289.488
Habitacional	-	29	51	2.952	3.032	-
Pessoas jurídicas	9.591	126.092	215.654	341.278	692.615	496.636
Total	30.407	337.793	452.831	720.054	1.541.085	1.145.095
Total circulante					821.031	603.154
Total não circulante					720.054	541.941

d) Concentração das operações de crédito

	31/12/2022	%	31/12/2021	%
10 maiores devedores	145.902	9,47	116.969	10,21
50 devedores seguintes	233.836	15,17	182.252	15,92
100 devedores seguintes	185.979	12,07	142.658	12,46
Demais	975.368	63,29	703.216	61,41
Total	1.541.085	100,00	1.145.095	100,00

e) Movimentação da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

	2º semestre de 2022 (Não auditado)	31/12/2022	31/12/2021
Saldo inicial	64.157	48.295	33.820
Constituição de provisão	51.690	91.704	46.942
Reversão de provisão	(17.680)	(33.021)	(19.036)
Movimentação de baixados para prejuízo	(13.541)	(22.352)	(13.431)
Saldo final	84.626	84.626	48.295

f) Resultado com operações de crédito:

	2º semestre de 2022 (Não auditado)	31/12/2022	31/12/2021
Empréstimos e títulos descontados	117.431	205.839	107.091
Financiamentos	25.961	47.068	24.612
Financiamentos rurais e agroindustriais	201	356	238
Financiamentos habitacionais	55	55	-
Outros	47	68	21
Subtotal	143.695	253.386	131.962
Recuperações de créditos baixados como prejuízo	1.655	3.403	6.843
Total	145.350	256.789	138.805

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, foram realizadas renegociações de operações de crédito no montante de R\$ 29.687 (2021 - R\$ 10.775).

NOTA 08 – OUTROS ATIVOS FINANCEIROS

Os créditos diversos, classificados no grupo de outros ativos financeiros, estão assim compostos:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Valores a receber relativos a transações de pagamento (Nota 07)	142.696	95.531
Rendas a receber	2.067	860
Devedores por compra de valores e bens (Nota 07)	763	853
Avais e fianças honrados (Nota 07)	150	145
Transações com cartão de crédito	6.519	5.465
Devedores por depósitos em garantia (Nota 16)	83	54
Total	152.278	102.908
Total circulante	151.462	102.121
Total não circulante	816	787

As transações com cartões de crédito referem-se aos valores a receber relativos as transações de pagamento, sejam de associados ou do Banco Cooperativo Sicredi S.A.

Os valores a receber relativos a transações de pagamento referem-se aos montantes a receber dos associados, relativos às operações com cartões de crédito das bandeiras Visa e Mastercard.

NOTA 09 – OUTROS ATIVOS

Os créditos diversos, classificados no grupo de outros ativos, estão assim compostos:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Outros valores e bens	3.058	-
Adiantamentos e antecipações salariais	125	92
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta	5.270	941
Adiantamentos para Confederação Sicredi	683	622
Cotas de consórcio	-	32
DI a repassar - Central	50	157
Impostos e contribuições a compensar	308	362
Pendências a regularizar	1.535	1.259
Valores em análise pela SFG	101	16
Outros	528	91
Total circulante	11.658	3.572
Outros valores e bens	8.094	8.344
Total não circulante	8.094	8.344
Total	19.752	11.916

Os adiantamentos para Confederação Sicredi referem-se à antecipação de valores, a qual está elaborando investimentos em estruturas e plataformas de tecnologia, através de aquisição de bens (móveis, equipamentos, softwares, instalações, etc.) e de gastos com projetos específicos (aplicativos, produtos, etc.). Após sua conclusão os mesmos serão repassados para as Cooperativas.

a) Outros valores e bens

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Ativos não financeiros mantidos para venda - recebidos	10.760	8.985
Imóveis	9.691	8.847
Veículos e afins	1.069	138
Provisões para redução ao valor recuperável de ativos	(62)	(872)
Material em estoque	47	33
Despesas antecipadas	407	198
Total	11.152	8.344

b) Movimentação da provisão para desvalorização de outros valores e bens:

Conforme determinações previstas no CPC 01, a provisão é constituída de forma a assegurar que os ativos não estejam registrados por um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou por venda, abaixo segue a movimentação dos valores:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Saldo inicial	(872)	(1.064)
Constituição de provisão	-	-
Reversão de provisão	810	192
Saldo final	(62)	(872)

NOTA 10 – IMOBILIZADO DE USO E INTANGÍVEL

Descrição	Taxas anuais de depreciação %	31/12/2022			31/12/2021
		Custo	Depreciação/ amortização acumulada	Líquido	Líquido
Imobilizado de uso	-	54.353	(13.337)	41.016	28.087
Imobilizações em curso	-	19.244	-	19.244	9.594
Terrenos	-	3.120	-	3.120	3.120
Instalações	10%	1.934	(569)	1.365	960
Benfeitorias em imóveis de terceiros	10%	10.670	(4.060)	6.610	5.548
Móveis e equipamentos	10%	7.550	(2.621)	4.929	3.968
Equipamentos de comunicação e segurança	10%	2.410	(1.017)	1.393	1.177
Equipamentos de processamento de dados	20%	8.640	(4.832)	3.808	3.406
Veículos	20%	785	(238)	547	314
Intangível		10.424	(6.775)	3.649	3.605
Investimentos Confederação	20%	10.424	(6.775)	3.649	3.605

Os investimentos Confederação são valores transferidos dos "Adiantamentos para Confederação Sicredi" para o intangível e referem-se aos desenvolvimentos de softwares que já estão em uso pela Cooperativa, sendo amortizados com base nos benefícios econômicos futuros incorporados aos ativos quando consumidos pela entidade, por meio do seu uso.

NOTA 11 – DEPÓSITOS

Composição dos depósitos por prazos de vencimento:

Depósitos	31/12/2022			Total	31/12/2021
	Sem vencimento e até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses		Total
Depósitos à vista	461.915	-	-	461.915	400.982
Depósitos de poupança	1.727	-	-	1.727	79
Depósitos interfinanceiros	16.100	76.237	39.319	131.656	40.926
Depósitos a prazo	4.117	11.736	1.326.040	1.341.893	905.562
Total	483.859	87.973	1.365.359	1.937.191	1.347.549

Total circulante	571.832	448.422
Total não circulante	1.365.359	899.127

NOTA 12 – RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Repasse interfinanceiros	86.729	57.293
Total	86.729	57.293

a) Repasses Interfinanceiros

Descrição	31/12/2022			Total	31/12/2021
	Sem vencimento e até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses		Total
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	2.626	4.671	21.727	29.024	30.163
Total - Recursos do Crédito Rural	2.626	4.671	21.727	29.024	30.163
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	1.244	15.605	40.856	57.705	27.130
Total - Outros Recursos	1.244	15.605	40.856	57.705	27.130

Total	3.870	20.276	62.583	86.729	57.293
--------------	--------------	---------------	---------------	---------------	---------------

Total circulante	24.146	6.218
Total não circulante	62.583	51.075

As obrigações por repasses interfinanceiros provenientes de recursos do crédito rural operam com uma taxa até 12,5% a.a. com vencimentos até 18/12/2032, e os recursos são repassados pelo Banco Cooperativo Sicredi S.A.

NOTA 13 – OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS

Os empréstimos são apresentados a seguir:

Empréstimos no País	31/12/2022			Total	31/12/2021
	Sem vencimento e até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses		Total
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	-	1.092	2.939	4.031	4.988
Outras instituições	355	355	-	710	-
Total	355	1.447	2.939	4.741	4.988

Total circulante	1.802	820
Total não circulante	2.939	4.168

As obrigações por empréstimos com recursos repassados pelo Banco Cooperativo Sicredi S.A., operam com uma taxa de CDI + 0,85% com vencimento em 15/10/2026.

As obrigações por empréstimos com recursos repassados por Outras Instituições, operam com uma taxa de 8,50% a.a. com vencimento em 15/07/2023.

NOTA 14 – OBRIGAÇÕES POR REPASSES

Os repasses são apresentados a seguir:

Repasses no País	31/12/2022			Total	31/12/2021
	Sem vencimento e até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses		Total
BNDES	633	896	-	1.529	3.579
Total	633	896	-	1.529	3.579

Total circulante	1.529	2.157
Total não circulante	-	1.422

As obrigações por repasses operam com uma taxa até 3,75% a.a. com vencimento até 01/11/2023.

Os recursos internos para repasses no País também representam captações junto ao Tesouro Nacional repassados pelo BNDES. As operações contratadas, observadas as características do PESE, possuem vencimentos mensais até o ano de 2023. Tais recursos são repassados nos mesmos prazos e taxas de captação do programa acrescidos da comissão de repasse. Os repasses do BNDES são provenientes do Banco Sicredi.

NOTA 15 – OUTROS PASSIVOS FINANCEIROS

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Provisão para garantias financeiras prestadas	703	278
Recursos em trânsito de terceiros	1.341	1.982
Total circulante	2.044	2.260
Provisão para garantias financeiras prestadas	2.670	1.324
Total não circulante	2.670	1.324
Total	4.714	3.584

A provisão para garantias financeiras prestadas refere-se a obrigações assumidas pelas Cooperativas na realização de operações de seus cooperados junto ao Banco.

Os recursos de terceiros que estão com a cooperativa são registrados nessa conta para posterior repasse, por sua ordem. Trata-se de recursos referentes a convênios com concessionários de serviços, conforme contrato de prestação de serviços.

NOTA 16 – PROVISÕES PARA RISCOS CÍVEIS, TRIBUTÁRIOS E TRABALHISTAS

A Cooperativa é parte em processos judiciais dos quais seus assessores jurídicos classificam como risco de perda provável, sendo que os valores estimados e suas respectivas movimentações e provisões estão demonstrados no quadro a seguir, conforme a natureza dos passivos:

Natureza	Probabilidade de perda	31/12/2022	31/12/2021
Cível	Provável	177	158
Total não circulante		177	158

Natureza	31/12/2021	Aumento Provisão	Baixa/Reversão de Provisão	31/12/2022
Cível	158	148	(129)	177
Total não circulante	158	148	(129)	177

Em 31 de dezembro de 2022, a Cooperativa possuía também processos de natureza Cível, cuja probabilidade de perda é possível, no montante estimado de R\$ 48 (dezembro de 2021 - R\$ 691).

A Cooperativa possui depósitos judiciais no montante de R\$ 83 (dezembro de 2021 - R\$ 54), registrados na rubrica de "Outros Ativos Financeiros", os quais estão relacionados a estes processos judiciais.

NOTA 17 – OUTROS PASSIVOS

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Transações com cartões de crédito	151.046	97.195
Provisão para pagamentos a efetuar	5.951	4.354
Cotas de capital a pagar	4.557	4.278
Provisão para participações nos lucros	7.847	5.734
Fundo de assistência técnica, educacional e social	3.379	3.115
Fundos voluntários	21.288	13.549
Impostos e contribuições a recolher	2.364	1.740
Credores diversos	5.885	4.394
Credores por recursos a liberar vendedores de imóveis	1.321	-
Cobrança e arrecadação de tributos	383	500
Pendências a regularizar	290	361
Total	204.311	135.220
Total circulante	204.311	135.220
Total não circulante	-	-

As transações com cartões de crédito referem-se aos valores a pagar relativos as operações, sejam para as bandeiras e credenciadoras (compras autorizadas no processo de emissão) ou para o Banco Cooperativo Sicredi S.A. (repasses dos custos sobre a carteira de aquisição).

Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados referem-se aos valores de arrecadações de IOF, GPS, DARF e DAS.

Em 2022, as propostas de crédito imobiliário passaram a ser vinculadas diretamente à carteira das cooperativas ao invés do Banco Sicredi. Na conta são registrados os valores de recursos a liberar aos vendedores, referentes aos contratos do imobiliário.

NOTA 18 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO**a) Capital social**

O capital social é dividido em quotas-partes de valor unitário equivalente a R\$ 1,00 (um real), sendo que cada associado tem direito a um voto, independente do número de suas quotas-partes, e está assim composto:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Capital social	137.852	96.656
Total de associados	63.653	51.285

Em 31 de dezembro de 2022, a movimentação do capital social foi de R\$ 41.196 (dezembro de 2021 – R\$ 16.869), sendo R\$ 19.676 (dezembro de 2021 – R\$ 7.456) via integralização de resultados e R\$ 27.163 (dezembro de 2021 – R\$ 16.294), via integralização de quotas-partes. No mesmo período houve baixas de capital, através do resgate de quotas-partes, no montante de R\$ 5.643 (dezembro de 2021 – R\$ 6.881).

b) Juros ao capital

A Cooperativa efetuou o pagamento dos juros ao capital no percentual de 12,12% em Conta Capital, no montante de R\$ 13.207 (dezembro de 2021 – R\$ 3.519), sendo integralizado ao capital parte do valor, calculados em conformidade com a Lei Complementar nº 130/09, observando-se o limite da taxa SELIC.

c) Destinações

A Cooperativa destinou seus resultados, a partir do resultado líquido antes das destinações estatutárias, de acordo com o estatuto social, nos seguintes percentuais:

- 55% foram para a Reserva Legal, que tem por objetivo reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas atividades;
- 5% para o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social - FATES, destinado a atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa;
- 15,6% para a Fundo de Expansão, destinada as ações que possibilitem a expansão da cooperativa em sua área de atuação;

Além das destinações citadas acima, a Cooperativa também destinou os valores recuperados referentes a prejuízo de anos anteriores para a Reserva Legal conforme definido pelo Conselho de Administração.

NOTA 19 – SICREDI FUNDOS GARANTIDORES

Conforme previsto na Nota Explicativa 1 – Contexto Operacional, em 2022 a Cooperativa utilizou o recurso da SFG, na forma de doação, no valor de R\$ 369 (R\$ 0 em dezembro de 2021), registrada no grupo de Outros Ingressos e Receitas Operacionais. Os recursos foram doados em dezembro de 2022, sendo a doação em caráter de exceção, para fomento da Cooperativa.

A legislação que rege as cooperativas de crédito prevê expressamente como atividade destas o recebimento, em caráter eventual, de recursos isentos de remuneração ou a taxas favorecidas, de qualquer entidade, na forma de doações, empréstimos ou repasses (art. 17, III, da Res. CMN nº. 4.434/15).

NOTA 20 – IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos, conforme demonstrado abaixo:

	31/12/2022	31/12/2021
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações	78.243	51.025
Participação nas sobras	(7.739)	(5.652)
Resultado após a participação nos lucros e antes da tributação sobre o lucro e dos juros sobre capital próprio	70.504	45.373
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes	(28.907)	(20.418)
Efeito dos ajustes previstos na legislação:		
Sobras decorrentes dos atos cooperativos	28.310	19.850
Juros sobre capital próprio pagos aos associados no exercício	5.415	1.583
Demais adições e exclusões previstas na legislação	(14)	(13)
Imposto de renda e contribuição social do exercício	-	-

Demais adições e exclusões consideram os efeitos dos demais itens previstos na legislação, como: doações, constituição e reversão de provisões, resultados de equivalência patrimonial, etc. Considerando as possibilidades de adições e exclusões previstas na legislação, é possível que as cooperativas apurem prejuízo fiscal e base de cálculo negativa de CSLL, que serão controladas e utilizadas para posterior compensação com resultados futuros.

O efeito da alteração de alíquota de CSLL do diferencial de alíquota para as Cooperativas, no qual a alíquota de Contribuição Social passou de 15% para 20% a partir de julho de 2021 e retornou para 15% a partir de janeiro de 2022. A partir de agosto, a Lei 14.446/2022 trouxe uma majoração de 1% na alíquota das instituições financeiras, com vigência até dezembro de 2022.

NOTA 21 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS**a) Instituições relacionadas**

A entidade efetua transações com instituições relacionadas, tais como o Banco Cooperativo Sicredi, Central, Administradora de Bens, Corretora de Seguros, SicrediPar, Fundação Sicredi, Confederação Sicredi, Sicredi Fundos Garantidores, Administradora de Consórcios e Fundos de investimento administrados pelo Banco. Abaixo apresentamos as principais operações realizadas com partes relacionadas, sumarizadas por grupo contábil:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Ativo		
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 05)	56.169	38.283
Títulos e valores mobiliários (Nota 06)	763.223	228.559
Centralização financeira (Nota 04)	140.709	312.212
Outros ativos financeiros (Nota 08)	1.612	669
Outros ativos (Nota 09)	733	622
Intangível (Nota 10)	3.649	3.605
Passivo		
Depósitos interfinanceiros (Nota 11)	131.656	40.926
Relações interfinanceiras (Nota 12)	86.729	57.293
Obrigações por empréstimos (Nota 13)	4.741	4.988
Outros passivos (Nota 17)	141.773	92.693
Receitas		
Resultado títulos e valores mobiliários	44.933	11.870
Ingressos e receitas de prestação de serviços (Nota 23)	9.928	4.542
Outros ingressos e receitas operacionais (Nota 26)	770	164
Ingressos de depósitos intercooperativos	40.168	12.178
Doação SFG (Nota 19)	369	-
Despesas		
Operações de captação no mercado (Nota 22)	9.366	1.599
Operações de empréstimos e repasses	9.085	1.725
Outros dispêndios e despesas administrativas (Nota 25)	2.694	2.034
Outros dispêndios e despesas operacionais (Nota 27)	15.458	10.117

b) Transações com administradores

As transações com partes relacionadas referem-se a saldos de depósitos (à vista e a prazo) e operações de crédito mantidas na instituição por seus administradores (diretores e conselheiros de administração), assim como a remuneração recebida pelas pessoas chave da administração. As operações de crédito e captações de recursos com partes relacionadas foram contratadas em condições semelhantes às praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações.

Abaixo apresentamos as operações realizadas com administradores:

Natureza da operação	31/12/2022	% em relação ao total	31/12/2021
Depósitos à vista	216	0,05%	149
Depósitos a prazo	2.512	0,19%	1.562
Operações de crédito	1.024	0,07%	1.192

c) Remuneração do pessoal-chave da administração

Pessoas chave da administração são as que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da entidade, direta ou indiretamente, incluindo qualquer administrador (executivo ou outro dessa entidade). Os honorários do pessoal-chave da Administração do Sicredi seguem a Política de Remuneração definida pelo Sistema, e sua aprovação é deliberada nos fóruns específicos de cada Entidade. Abaixo apresentamos a remuneração total do pessoal-chave da administração:

Remuneração	31/12/2022	31/12/2021
Pessoas chave da administração	3.134	2.561

NOTA 22 – DESPESAS COM OPERAÇÕES DE CAPTAÇÕES DE MERCADO

	2º semestre de 2022 (Não auditado)	31/12/2022	31/12/2021
Depósitos de poupança	44	64	-
Depósitos interfinanceiros	6.616	9.366	1.599
Depósitos a prazo	71.237	120.140	32.171
Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop)	1.211	2.270	1.726
Total	79.108	131.840	35.496

NOTA 23 – INGRESSOS E RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

	2º semestre de 2022 (Não auditado)	31/12/2022	31/12/2021
Cartões	10.967	20.507	14.563
Cobrança	3.741	7.341	8.022
Comissões	26	88	63
Consórcios	784	1.403	1.003
Convênios	765	1.482	1.085
Distribuição de produtos e serviços bancários	5.868	9.510	4.176
Processamento da compensação	37	71	102
Seguros	1.581	2.987	2.673
Taxas e tarifas	757	1.452	1.473
Antecipação de recebíveis	1.373	1.983	1.601
Outros serviços	228	486	559
Total	26.127	47.310	35.320

NOTA 24 – DISPÊNDIOS E DESPESAS DE PESSOAL

	2º semestre de 2022 (Não auditado)	31/12/2022	31/12/2021
Remuneração	14.416	26.469	20.594
Benefícios	4.883	9.106	7.139
Encargos sociais	5.650	9.892	7.671
Treinamentos	17	70	253
Total	24.966	45.537	35.657

NOTA 25 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	2º semestre de 2022 (Não auditado)	31/12/2022	31/12/2021
Água, energia e gás	328	837	767
Aluguéis	3.531	6.988	5.713
Comunicação	513	1.105	1.071
Manutenção e conservação	1.856	3.440	3.236
Material de expediente	339	577	446
Processamento dados	1.588	3.053	1.466
Propaganda e publicidade	660	1.249	817
Promoções e relações públicas	3.986	6.451	3.974
Serviços do sistema financeiro	1.975	3.870	4.238
Assessoria e consultoria	66	113	78
Auditoria externa	40	40	41
Serviços jurídicos	195	314	562
Serviços de terceiros	963	1.711	1.336
Serviços de técnicos especializados	6.031	10.785	6.324
Serviços de vigilância e segurança	1.332	2.606	2.085
Serviços de transportes	649	1.718	1.301
Depreciação	2.037	3.861	2.841
Amortização (Rateio Confederação)	630	1.188	1.136
Dispêndios assistência técnica, social e educacional	1.978	2.498	617
Emolumentos e taxas diversas	343	753	291
Ressarcimento tarifas	143	248	211
Seguros	135	205	192
Outras despesas administrativas	1.296	1.796	852
Total	30.614	55.406	39.595

NOTA 26 – OUTROS INGRESSOS E RECEITAS OPERACIONAIS

	2º semestre de 2022 (Não auditado)	31/12/2022	31/12/2021
Absorção de dispêndios - FATES	1.978	2.498	617
Utilização de fundos voluntários	1.969	3.296	2.881
Lucros na alienação de valores e bens	90	103	350
Recursos recebidos Sicredi Fundos Garantidores	369	369	-
Recuperação de encargos e despesas	779	1.445	352
Reversão de provisões operacionais	261	1.449	869
Reversão de provisões impostos folha	1.921	2.956	2.295
Reversão de provisões para garantias financeiras prestadas	326	908	565
Reversão de provisões para passivos contingentes (Nota 16)	32	129	87
Aluguel de máquina - Cartões Sicredi	1.539	2.856	1.936
Ressarcimento de custos de utilização de cartões no exterior	739	1.321	595
Compensação - Ressarcimento de Custo Operacional - RCO	715	1.441	206
Outras rendas operacionais	423	558	314
Total	11.141	19.329	11.067

NOTA 27 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	2º semestre de 2022 (Não auditado)	31/12/2022	31/12/2021
Descontos concedidos em renegociação e crédito	2.105	3.689	3.995
Contribuições Cooperativistas	78	156	148
Contribuição Sicredi Fundos Garantidores	396	742	298
Contribuição Confederação Sicredi	5.952	10.860	8.344
Cooperativa Central Sicredi Sul/Sudeste	1.109	1.917	564
Encargos da administração financeira	2	3	1
Prejuízo na alienação de valores e bens	30	48	306
Provisões para garantias financeiras prestadas	1.776	2.679	1.368
Provisões para passivos contingentes (Nota 16)	96	148	107
Outras provisões operacionais	1.754	3.139	2.436
Operações com cartões (emissão, postagem, processamento, demais)	5.975	10.617	6.406
Risco operacional	394	905	775
Juros e comissões	-	4	20
Tarifa serviços folha pagamento servidores	8	16	13
Distribuição de produtos e serviços bancários	14	16	103
Ressarcimento de Custo Operacional - RCO	1.207	2.419	322
Outras despesas operacionais	1.026	1.762	1.166
Total	21.922	39.120	26.372

NOTA 28 – RESULTADO NÃO RECORRENTE

	2º semestre de 2022 (Não auditado)	31/12/2022	31/12/2021
Resultado antes das destinações	38.431	70.504	45.373
Recursos recebidos do Sicredi Fundos Garantidores (Nota 19)	(369)	(369)	-
Resultado recorrente	38.062	70.135	45.373

NOTA 29 – COBRIGAÇÕES EM GARANTIAS PRESTADAS

As garantias prestadas pela Cooperativa sob a forma de aval, fiança ou outras coobrigações estão assim compostas:

	31/12/2022	31/12/2021
Beneficiários de garantias prestadas	238.537	88.117
Total	238.537	88.117

Nas garantias prestadas estão incluídas as operações com recursos recebidos de instituições financeiras e repassados aos associados via Banco Cooperativo Sicredi S.A., em que a Cooperativa é intermediária e garantidora solidária por força de contrato firmado entre as partes. Os valores são compostos, em sua maioria, pelos programas do Finame e BNDES.

NOTA 30 – GERENCIAMENTO DE RISCOS E DE CAPITAL**I - Estrutura de Gerenciamento de Capital**

Para os efeitos da legislação vigente, define-se o Gerenciamento de Capital como o processo contínuo de:

- Monitoramento e controle do capital mantido pela Instituição;
- Avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos que a Instituição está sujeita;
- Planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da Instituição.

O gerenciamento de capital das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as instituições do Sistema na gestão do capital.

Os processos e políticas para o gerenciamento de capital são estabelecidos seguindo os critérios mínimos da regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento de capital do Sistema Sicredi incluem:

- Mecanismos que possibilitem a identificação, avaliação e monitoramento dos riscos relevantes incorridos pela instituição, inclusive dos riscos não cobertos pelos requerimentos mínimos legais de capital;
- Metas de capital em níveis acima dos requerimentos mínimos legais e que reflitam o apetite a risco do sistema, visando manter capital para suportar os riscos incorridos e garantir o crescimento dos negócios de forma sustentável e eficiente;
- Plano de Capital para cada Instituição do Sistema, consistente com o planejamento estratégico, abrangendo o horizonte mínimo de três anos;
- Testes de estresse e avaliação de seus impactos no capital;
- Relatórios gerenciais periódicos sobre a adequação do capital para a diretoria e para o conselho de administração;

II - Risco Operacional

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas ou sistemas. A definição inclui, ainda, o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela instituição, às sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e às indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela instituição. O gerenciamento do risco operacional é realizado de forma conjunta entre o Banco, Centrais e Cooperativas Singulares. Essas entidades tem como responsabilidade o cumprimento dos normativos internos e externos, valendo-se de ferramentas, metodologias e processos estabelecidos sistemicamente. Tais processos são compostos por um conjunto de ações que visam manter em níveis adequados os riscos a que cada instituição está exposta. São estas:

- Normatização interna contendo regras, papéis e responsabilidades quanto ao gerenciamento do risco operacional disseminados a toda instituição;
- Identificação, avaliação, monitoramento, reporte, controle e mitigação dos riscos operacionais;
- Identificação, coleta e tratamento de perdas operacionais, visando mantê-las em níveis considerados aceitáveis pela instituição;
- Reportes periódicos e estruturados sobre temas relevantes de risco operacional e controles internos aos fóruns de governança;
- Disseminação da cultura de gerenciamento de riscos a toda organização;
- Testes de estresse periódicos para cenários de risco operacional;
- Procedimentos que visam assegurar a continuidade das atividades da instituição e limitar perdas decorrentes da interrupção dos processos críticos de negócio, incluindo análises de impacto e testes periódicos de planos de continuidade.

Ainda, um conjunto de procedimentos vem sendo implementado para avaliar, gerenciar e monitorar o risco operacional decorrente de serviços terceirizados relevantes para o funcionamento regular da instituição.

III - Risco de Continuidade de Negócios

Gestão de Continuidade de Negócios (GCN) é a capacidade da organização de continuar a entrega de produtos e/ou serviços em nível aceitável previamente definido, após incidentes de interrupção.

O Sicredi possui uma estrutura para responder de forma adequada à recuperação, à restauração e aos níveis acordados de disponibilidade para os processos mais críticos das entidades centralizadoras do Sistema, no caso de ocorrência de eventos que provoquem a interrupção dos seus serviços, preservando, assim, os interesses de todas as partes envolvidas.

Através de uma Análise de Impacto de Negócios (BIA) são identificados os principais processos de negócios da instituição bem como os serviços de TI que suportam esses processos e, assim, são definidas as estratégias de continuidade dos negócios adotadas.

Estão previstos na Política de Gestão Integrada de Riscos e na Norma de Continuidade de Negócios do Sicredi, os princípios básicos e a estrutura necessária para garantir a resposta adequada à recuperação, à restauração e aos níveis acordados de disponibilidade para os processos mais críticos das entidades.

O sistema de Gestão de Continuidade de negócios estruturado no Sicredi contempla:

- Norma de Gestão de Continuidade de negócios;
- Análise de impacto de negócio - BIAs;
- Estratégias de recuperação de desastre de negócio e de TI;
- Planos de continuidade operacional e de TI.

Por fim, o Sicredi disponibiliza para todas as suas agências um modelo de manual de continuidade de atividades das agências, que possibilita a elaboração de um documento customizado, a fim de atender os principais cenários de interrupção das atividades”.

IV - Risco de Mercado

Define-se risco de mercado como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira. Incluem-se nessa definição, as operações sujeitas aos riscos de variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (commodities).

O gerenciamento de risco de mercado das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as instituições do Sistema na gestão do risco de mercado.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de mercado são estabelecidos seguindo os critérios mínimos da regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de mercado do Sistema Sicredi incluem:

- Regras claras de classificação da carteira de negociação que garantam o correto tratamento das operações;
- Procedimentos destinados a mensurar, monitorar e manter a exposição ao risco de mercado em níveis considerados aceitáveis pela Instituição;
- Processos destinados a monitorar e reportar a aderência ao apetite ao risco de mercado da Instituição em relação ao seu capital;
- Definição das metodologias de risco de mercado a serem aplicadas;
- Sistemas para executar o cálculo e medir os riscos, considerando a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco de mercado das instituições do Sistema.

V - Risco De Variação Das Taxas De Juros Em Instrumentos Classificados Na Carteira Bancária (IRRBB)

O IRRBB é o risco, atual ou prospectivo, do impacto de movimentos adversos das taxas de juros nos resultados ou no valor econômico da instituição, resultante dos instrumentos classificados na carteira bancária. O gerenciamento de risco de IRRBB das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as instituições do Sistema na gestão do risco de IRRBB.

Para a mensuração e controle desse risco no Sicredi, utiliza-se as abordagens de valor econômico (EVE) e de resultado de intermediação financeira (NII). O Sistema Sicredi define as regras para o cálculo do risco de variação da taxa de juros das operações em linha com as práticas de mercado e com as exigências da regulamentação vigente.

Os processos para o gerenciamento do risco de IRRBB do Sistema Sicredi incluem:

- Procedimentos destinados a mensurar, monitorar e manter a exposição ao risco de IRRBB em níveis considerados aceitáveis pela Instituição;
- Processos destinados a monitorar e reportar a aderência ao apetite ao risco de IRRBB da Instituição em relação ao seu capital;
- Definição das metodologias de risco de IRRBB a serem aplicadas;
- Sistemas para executar o cálculo e medir os riscos, considerando a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco de IRRBB das instituições do Sistema.

VI - Risco de Liquidez

O entendimento de Risco de Liquidez é essencial para a sustentabilidade das instituições que atuam no mercado financeiro e de capitais e está associado à capacidade da instituição de financiar os compromissos adquiridos a preços de mercado razoáveis e realizar seus planos de negócio com fontes estáveis de financiamento. Para este efeito, define-se risco de liquidez como:

- A possibilidade da instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas; e
- A possibilidade da instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

O gerenciamento de risco de liquidez das instituições do Sistema Sicredi é centralizado no Banco Cooperativo Sicredi, através de uma estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao risco do Sistema. A estrutura centralizada é responsável pelo estabelecimento dos processos, políticas e sistemas que apoiam as entidades do Sistema na gestão do risco de liquidez.

Os processos e políticas para o gerenciamento do risco de liquidez são estabelecidos seguindo os critérios da regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada Instituição do Sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco de liquidez do Sistema Sicredi incluem:

- Definição de processos para identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição ao risco de liquidez em diferentes horizontes de tempo;
- O estabelecimento de processos de rastreio e reporte da observância ao apetite ao risco de liquidez e em níveis considerados aceitáveis pela instituição;
- Definição das estratégias de captação que proporcionem diversificação adequada das fontes de recursos e dos prazos de vencimento;
- Definição de plano de contingência de liquidez, regularmente atualizado, que estabeleça responsabilidades e procedimentos para enfrentar situações de estresse de liquidez;
- Realização periódica de testes de estresse com cenários de curto e de longo prazo.

VII - Risco de Crédito

A gestão do risco de crédito consiste no processo de identificação, mensuração, controle e mitigação dos riscos decorrentes das operações de crédito realizadas pelas instituições financeiras.

No Sicredi, o gerenciamento do Risco de Crédito é realizado por uma estrutura centralizada e pelas áreas e colegiados locais.

O Banco Cooperativo Sicredi responde pelo conjunto de políticas, estratégias e metodologias voltadas ao controle e gerenciamento das exposições ao risco de crédito das empresas que compõem o Sistema, possuindo como principais atribuições: responder pelas políticas corporativas de gestão de risco de crédito; desenvolver e propor metodologias de classificação de risco de crédito, inclusive por meio de modelos quantitativos; aferir e controlar as exigibilidades de capital para cobertura de risco de crédito assumido; e realizar o monitoramento constante das exposições sujeitas ao risco de crédito de todas as empresas do Sicredi.

As áreas e colegiados locais são responsáveis pela execução do gerenciamento de risco de crédito, observando as políticas e limites pré-estabelecidos sistemicamente.

VIII - Risco Socioambiental

O risco socioambiental é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas das instituições financeiras decorrentes de danos sociais, ambientais e climáticos. Além disso, está envolvido indiretamente com uma série de outros riscos, podendo gerar tanto impactos financeiros, como legais e de reputação. No Sicredi, o gerenciamento é realizado por uma estrutura centralizada e pelas áreas e colegiados locais. Os processos e políticas para o gerenciamento do risco socioambiental são estabelecidos seguindo os critérios da regulamentação em vigor, alinhados às melhores práticas de mercado, e aprovadas pelas alçadas competentes de cada instituição do sistema.

Os processos para o gerenciamento do risco socioambiental do sistema Sicredi incluem:

- Normatização interna contendo regras, metodologias e responsabilidades quanto ao gerenciamento do tema;
- Monitoramento de delimitações e vedações de exposições sujeitas ao risco socioambiental, aderentes ao apetite a risco do sistema;
- Coleta e utilização de dados para mensuração, classificação e avaliação dos riscos sociais, ambientais e climáticos nas operações;
- Realização periódica de testes de estresse para cenário de risco socioambiental;
- Interlocução e reporte para órgãos ambientais, federações, parceiros de negócio e fóruns de governança;
- Evolução constante da estratégia no tema, visando o alinhamento com as técnicas e tecnologias de mercado, bem como as expectativas das partes interessadas.

IX - Risco de conformidade

O risco de conformidade é definido como a possibilidade de ocorrência de sanções, perdas financeiras, danos de reputação e outros danos, decorrentes de descumprimento ou falhas na observância de normativos externos (leis e regulamentações), das recomendações dos órgãos reguladores, dos códigos de autorregulação aplicáveis assim como dos normativos oficiais internos.

A gestão do risco de conformidade, no âmbito do Sicredi está sob responsabilidade da Superintendência de Compliance, estrutura integrante do Banco Cooperativo Sicredi S.A, que, para o acompanhamento sistêmico, oferece suporte e informações, tanto às áreas das empresas do Centro Administrativo quanto às Cooperativas Centrais e Singulares, no que tange ao processo de conformidade e o gerenciamento do risco de conformidade.

A função de conformidade é desempenhada no desenvolvimento e execução do Programa de Compliance, estruturado nos pilares de: (i) Prevenção, (ii) Detecção e (iii) Correção.

Os processos para gerenciamento do risco de conformidade incluem:

- Identificação dos riscos de conformidade da instituição;
- Comunicação, capacitação e treinamento de todos os níveis da Entidade para gerenciar adequadamente os riscos de conformidade e cumprir as exigências legais e (auto)regulatórias;
- Acompanhamento e monitoramento de processos relevantes, das ações adotadas para mitigar os riscos de conformidade e corrigir deficiências, no intuito de promover a conformidade.
- Reporte das adequações relevantes e novas medidas para mitigação de riscos, bem como não conformidades identificadas;
- Identificação de ações e/ou processos associados aos principais riscos, que precisam ser revisados, atualizados ou implementados, buscando a efetividade do Programa de Compliance como um todo;
- Tratamento para os não cumprimentos identificados bem como desenvolvimento de ações para conscientização, buscando evitar a reincidência.

X - Risco de Segurança da Informação

O risco de segurança da informação é definido como o risco relacionado a probabilidade de exploração de uma vulnerabilidade, considerando as ameaças vinculadas, e o impacto na confidencialidade, integridade ou disponibilidade das informações e os controles implementados. Riscos de segurança cibernética ou cibersegurança fazem parte do contexto de riscos de segurança da informação.

No Sicredi, o gerenciamento do risco de segurança da informação é realizado de forma conjunta com Banco, Centrais e Cooperativas Singulares, os quais possuem responsabilidade pelo cumprimento dos normativos internos e externos, contando com ferramentas e metodologias sistêmicas que podem ser complementados por ações locais. Os processos e ações voltados para segurança da informação visam a manutenção dos riscos em níveis aceitáveis, incluindo a utilização de controles adequados e efetivos, frente aos custos, tecnologia e objetivos de negócio.

XI - Informações Adicionais

A descrição da estrutura completa e do processo de gerenciamento de riscos e capital pode ser acessada por meio do sitio www.sicredi.com.br, no caminho: Sobre nós > Relatórios > Gestão de Riscos > Publicações Sistêmicas > Gerenciamento de Riscos Pilar 3 - Sistêmico.

Já a Política de Gerenciamento de Risco Socioambiental e o Relatório de Sustentabilidade, documentos com o detalhamento e números dos processos no tema, também podem ser acessados por meio do sitio www.sicredi.com.br, no caminho: Sobre nós > Sustentabilidade > Políticas e Relatórios.

NOTA 31 – ÍNDICES DE BASILÉIA E DE IMOBILIZAÇÃO

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, valor de Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos da Resolução CMN nº 4.955/21, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado abaixo o cálculo dos limites:

Limites operacionais	31/12/2022	31/12/2021
Patrimônio de Referência (PR)	260.538	182.680
Nível I (NI)	260.538	182.680
Capital principal - CP	260.538	182.680
Capital social	137.852	96.656
Reservas de capital	112.854	80.420
Sobras acumuladas	13.481	9.209
Ajustes Prudenciais	(3.649)	(3.605)
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	1.732.374	1.258.145
Risco de Taxa de Juros da Carteira Bancária	1.872	5.539
Margem de Capital	76.767	51.326
Índice de Basileia (PR / RWA)	15,04%	14,52%
Situação de Imobilização (Imob)	41.016	28.089
Índice de Imobilização (Imob / PR)	15,74%	15,38%

Margem de Capital consiste no excedente de capital da instituição aos requerimentos mínimos regulamentares e ao adicional de capital principal.

NOTA 32 – SEGUROS CONTRATADOS

Em 31 de dezembro de 2022, os seguros contratados são considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros relacionados a garantia de valores e bens de propriedade da Cooperativa.

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, consequentemente não são examinadas pelos nossos auditores independentes.

NOTA 33 – OUTRAS INFORMAÇÕES

I) Plano de Implementação da regulamentação contábil estabelecida pela Resolução CMN nº 4.966/2021

Em 25 de novembro de 2021 foi publicada a Resolução CMN nº 4.966/21 que dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, convergindo com os principais conceitos da norma internacional IFRS 9 – Instrumentos Financeiros.

A nova regra contábil entra em vigor a partir de 1º de janeiro de 2025, tendo os ajustes decorrentes da aplicação dos critérios contábeis estabelecidos por esta norma registrados em contrapartida à conta de sobras ou perdas acumuladas, pelo valor líquido dos efeitos tributários.

Dentre os requerimentos da nova norma, consta a necessidade de elaboração de um plano de implementação. O referido plano foi aprovado pelo Conselho de Administração das Cooperativas Singulares durante o exercício de 2022.

Em atendimento ao disposto no inciso II do parágrafo único do artigo 76 da Resolução CMN nº 4.966/2021, divulgamos a seguir, de forma resumida, o plano de implementação da referida regulamentação:

a) Resumo do Plano de Implementação:

- Fase I (2022): Avaliação e entendimento dos impactos da norma (análise de Gaps);
- Fase II (2022/2023): Desenho e especificações das soluções e metodologias;
- Fase III (2023/2024): Desenvolvimento sistêmicos, motores de cálculo, etc.;
- Fase IV (2023/2024): Testes e implementações.

Salientamos, que em caso de emissão de normas complementares à Resolução CMN nº 4.966/21 pelo Banco Central do Brasil, será necessário a revisão do plano de implementação.

Arao João Da Silva Neto
Diretor Executivo
CPF: 919.370.609-00

Renato de Mello Viero
Diretor de Operações
CPF: 011.056.370-00

Eduardo Netto Sarubbi
Contador
CRC: RS-060899/O-8
CPF: 694.157.650-20